

Medida ampliará o ingresso de alunos oriundos da rede pública, que terão 30 pontos a mais na nota final da segunda fase

Programa inédito para o Vestibular alia inclusão social a mérito acadêmico

Fotos: Antoninho Perri

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

Estudo realizado pela Comissão dos Vestibulares (Comvest) permitiu à Unicamp elaborar um programa inédito, que alia inclusão social ao mérito acadêmico sem ferir a autonomia universitária. O trabalho revelou, de forma surpreendente, que entre estudantes com notas semelhantes no exame vestibular, aqueles que cursaram o ensino médio na escola pública apresentaram desempenho superior ao longo do curso. Com base nesse dado, um grupo de trabalho elaborou o plano, cujo principal objetivo é permitir a ampliação do número de alunos provenientes da rede pública nos cursos de graduação. Para isso, candidatos que tenham cursado todo o ensino médio na rede pública receberão automaticamente 30 pontos a mais na nota final da segunda fase, já a partir do próximo vestibular. A média de pontuação obtida pelos candidatos aprovados é de 535 pontos.

Estudo revela indicadores surpreendentes

A medida, aprovada de forma maciça no último dia 25 pelo Conselho Universitário (Consu), estabelece ainda que os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (conforme termos utilizados pelo IBGE) que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas também terão, além dos 30 pontos adicionais, mais dez pontos acrescidos à nota final. A expectativa é que o número de alunos provenientes da escola pública aumente de 32% para 38% nos cursos de graduação, já a partir do próximo ano.

O reitor Carlos Henrique de Brito Cruz destacou que o programa não deve ser confundido com sistema de cotas, uma vez que não há reserva de vagas pré-estabelecidas. Segundo o reitor, trata-se de um “programa de ação afirmativa” que tem como objetivo atrair os estudantes mais capazes. Brito Cruz disse que, com a medida, a Unicamp faz inclusão social levando em conta a autonomia universitária, a qualificação e o mérito dos estudantes admitidos. “Com isso mostramos que é possível fazer inclusão social e ao mesmo tempo melhorar a qualidade do quadro discente”, afirmou.

O grupo de estudo que elaborou o programa foi presidido pelo vice-reitor e coordenador geral da Universidade, José Tadeu Jorge. Foram dez meses de trabalho até chegar à proposta final. Segundo ele, o estudo realizado pela Comvest foi fundamental. A pesquisa abrangeu quatro gerações de estudantes, que ingressaram na Universidade



Votação das medidas no Conselho Universitário (Consu), no último dia 25: aprovação maciça

Medida difere do sistema de cotas

Para o vice-reitor José Tadeu Jorge, que coordenou o grupo de trabalho encarregado de elaborar a proposta, a medida aprovada pela Unicamp difere do sistema de cotas apresentado por outras instituições principalmente porque preserva o valor acadêmico. “O que foi proposto permitirá manter e até melhorar o nível dos alunos que serão selecionados pelo vestibular”, diz Tadeu Jorge. “É muito diferente do sistema de cotas, que reserva vagas independentemente da qualificação, podendo colocar em risco o valor acadêmico que deve basear a atuação da universidade”, completa.

De acordo com o vice-reitor, a medida também deverá gerar impactos positivos nas escolas públicas de ensino médio. “O que a Unicamp estará fazendo é inclusão social atrelada à valorização do ensino público em todos os níveis”, destaca. “Esperamos que contribua para qualificar o ensino médio nas escolas públicas. Evi-

dentemente, à sinalização da Unicamp deverão ser adicionadas medidas concretas que competem a todas esferas governamentais, como, por exemplo, capacitação dos professores da rede pública e dotação de infra-estrutura adequada para as escolas”, observa.

Tadeu Jorge disse que, ao iniciar suas atividades, o grupo de trabalho não tinha nenhuma idéia preconcebida. “Desde o início, porém, ficou claro que o sistema de cotas, baseado na simples reserva de vagas por algum critério, não atendia a alguns princípios importantes da Universidade e o que mais incomodava era a possibilidade de perder qualidade na seleção dos alunos”, conta. “A proposta apresentada, base para a decisão do Consu, permite resultados concretos e significativos de inclusão, preservando o valor acadêmico e demonstrando na prática, mais uma vez, o exercício da autonomia universitária”.

entre 1994 e 1997 e já se formaram. O levantamento acompanhou o desempenho acadêmico de mais de sete mil alunos, desde seu ingresso até sua formatura, usando métodos estatísticos rigorosos para identificar que características dos candidatos são mais determinantes para seu sucesso acadêmico.

A análise dos dados revelou que entre estudantes com notas seme-

lhantes no exame vestibular, aqueles que cursaram o ensino médio na escola pública apresentaram desempenho acadêmico superior ao longo do curso. “Por que isso ocorre é algo aberto para estudos futuros, mas sabemos com certeza que é assim”, diz o reitor. “Pode-se especular que o estudante oriundo da escola pública, que enfrenta maiores obstáculos, obterá a mes-

ma nota que um outro, oriundo da escola privada, somente se tiver maior capacidade de aprendizado”, pondera.

Brito Cruz também considera a possibilidade de os resultados obtidos estarem fortemente ligados às características específicas do exame vestibular da Unicamp, que valoriza a capacidade de pensar do candidato. “Nosso vestibular tem

Quem pode

Para ter direito à isenção da taxa de inscrição do Vestibular, o candidato deve preencher alguns requisitos: ter cursado o ensino fundamental (1º grau) e médio (2º grau) integralmente em instituições da rede pública de educação, estar integrado a domicílio com renda bruta correspondente a R\$ 389,39 mensais por morador, já ter concluído ou estar concluindo este ano o ensino médio e ser residente e domiciliado no Estado de São Paulo.

No caso dos funcionários Unicamp/Funcamp, não será exigido o item relativo à renda mensal, mas o candidato deverá comprovar sua situação de funcionário da Unicamp ou Funcamp. Serão beneficiados os 100 candidatos mais carentes. Renda também não é requisito para os que optarem por uma das licenciaturas em período noturno. Desde que cumpram os outros requisitos, todos serão beneficiados.

a característica singular de não discriminar os oriundos de escolas públicas nem tampouco os pretos e pardos”, destaca. “O percentual de inscritos em cada uma destas categorias é aproximadamente igual ao de aprovados”, completa. No caso dos oriundos de escolas públicas, o percentual histórico é de 32,6% entre os candidatos e 32,1% entre os aprovados.

Isenções na taxa de inscrição

Além de incentivar o acesso para alunos provenientes de escolas públicas, o programa também inclui ações para atrair candidatos de camadas economicamente menos favorecidas. Para isso, a Unicamp vai oferecer 5.868 isenções totais da taxa de inscrição, de 90 reais, a candidatos oriundos de escola pública e de famílias carentes e um número ilimitado de isenções a todos os candidatos de escola pública que optarem por uma das licenciaturas em período noturno (Matemática, Letras, Ciências Biológicas e Licenciatura Integrada Química/Física).

“A isenção da taxa do vestibular busca atrair mais candidatos provenientes da escola pública para prestar nos-

so vestibular”, explica o vice-reitor. Segundo ele, os dados da série histórica mostram que a porcentagem de alunos da escola pública que se inscreve no vestibular da Unicamp é semelhante ao percentual dos que conseguem ingressar. “Isso demonstra que o processo de seleção realizado não provoca exclusão”, destaca.

No caso das isenções para as licenciaturas – que formam professores para atuar no ensino médio e fundamental – o objetivo é estimular a inscrição de alunos que, a partir do acesso a uma formação universitária de qualidade, possam eventualmente retornar à escola pública e influenciar positivamente o seu ensino. Além disso a Comvest vai oferecer 100 isenções

aos funcionários da Universidade, com o objetivo de incentivar o investimento na qualificação desses profissionais.

No ano passado, 4.592 candidatos receberam a isenção total e puderam prestar o vestibular sem pagar taxa de inscrição. A expectativa do coordenador executivo da Comvest, professor Leandro Tessier, é que para o vestibular de 2005 mais candidatos atendam aos pré-requisitos e possam ser beneficiados com a medida. Segundo ele, a concessão das isenções reflete a preocupação da Unicamp em adotar medidas de inclusão social. No último vestibular, o número de isentos que conseguiram aprovação e se matricularam praticamente dobrou, chegando a 120 estudantes contra 67 no ano anterior